

Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial

Rafael Ale Rocha*

Resumo

Este artigo, pela análise das alianças firmadas entre índios e portugueses na Amazônia, pretende analisar as relações entre as políticas indígenas e as políticas indigenistas na região durante a segunda metade do século XVIII. Para tanto, levaremos em consideração o contexto do período e os interesses da Coroa portuguesa (representada pelos oficiais coloniais) na negociação das alianças. Por outro lado, tentaremos entender os interesses e as políticas dos índios em relação à mesma prática: a firmação de aliança com os brancos.

Palavras-chave: Amazônia colonial. Políticas indígenas. Políticas indigenistas.

O objetivo deste artigo é demonstrar como as políticas indigenistas e as políticas indígenas se relacionaram na Amazônia durante a segunda metade do século XVIII, por meio de uma prática específica: as alianças acordadas entre índios e portugueses. Tentaremos mostrar que o acordo de aliança entre as duas partes era uma política de suma importância para a soberania portuguesa em regiões fronteiriças; por outro lado, a aliança poderia representar uma estratégia de sobrevivência das lideranças ou grupos indígenas.

Em relação aos portugueses, os interesses em firmar aliança com os índios são mais conhecidos. Antes mesmo do período pombalino, de acordo com Carvalho Jr., a conquista do sertão amazônico deu-se por meio de alianças com as sociedades indígenas ali estabelecidas. Desse modo, os lusitanos arrematavam aliados nos embates contra potências estrangeiras e índios de “corso” – além de garantir o su-

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

primento de mão de obra. O povoamento do território e a expansão colonial para o sertão, portanto, se fizeram pela formação de aldeamentos.¹ Durante a segunda metade do século XVIII, questões geopolíticas específicas envolviam os domínios coloniais pertencente às Coroas ibéricas na América portuguesa/espanhola. Assim, dada a expansão colonial para o interior da América, por parte dos referidos reinos, tentou-se resolver a questão a partir da negociação. Os tratados de limites acordados pelas Coroas de Portugal e Castela – o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777) – resultaram dessa política de negociação.

Tendo em mente que um dos princípios do tratado de 1750 era o *uti possidetis* (a terra pertence a quem ocupa), nas regiões fronteiriças da América portuguesa – especialmente aquelas referenciadas pelo Tratado de Madri (1750) – a conquista e o povoamento do território colonial por meio da aliança com as comunidades indígenas foi uma política amplamente utilizada pela Coroa portuguesa. No que se refere aos índios, além da necessidade de barrar a violência da expansão colonial, para entendermos os interesses desses agentes na aliança com os portugueses devemos levar em consideração os embates existentes entre os próprios grupos tribais ou líderes indígenas.

Em estudo sobre o Rio de Janeiro colonial, Maria Regina Celestino de Almeida aborda o modo como os europeus, recém-chegados ao território que se tornaria par-

te da América portuguesa, foram inseridos nas relações intertribais já existentes. Segundo a autora, no momento da chegada dos europeus (franceses e portugueses), a Guanabara era palco de confrontos entre grupos tupis: os tamoios e temiminós. Em 1555, o jesuíta Luís da Grã convenceu o donatário de São Vicente, Vasco Fernandes Coutinho, a “agasalhar” um principal temiminó “que estava de pior partido”. Assim, os temiminós migraram para a capitania do Espírito Santo e fundaram, com o auxílio dos jesuítas, um populoso aldeamento. Posteriormente, retornando à Guanabara, ajudaram os portugueses na guerra contra os franceses e seus aliados comerciais, os tamoios. Nessa contenda, de acordo com Celestino de Almeida, os temiminós visam uma oportunidade para “exercerem a mais cruel vingança contra seus inimigos e antigos vencedores”.²

Nesse sentido, os índios se relacionavam com os europeus segundo parâmetros tradicionais, que, em consequência do contato e/ou da convivência desses índios com os brancos, estavam em constante modificação. Sendo a guerra – caracterizada por certa fluidez nas relações de aliança e inimizade entre os grupos e motivada pela vingança – um elemento estrutural para as sociedades tupis (dava sentido e coesão à comunidade), os brancos haveriam de ser inseridos nesse contexto de conflitos intertribais. Portanto, segundo a autora, os “europeus entravam na história dos índios e eram por eles inseridos em suas relações intertribais como outros que, conforme sua tradição, viriam incluir-se em suas relações de aliança ou inimizade”.³

As fontes que coletamos não possibilitam o estudo dos parâmetros tradicionais de guerra e aliança dos índios da Amazônia no período colonial, mas, como procuraremos demonstrar a seguir, é certo que alguns grupos (ou lideranças) indígenas buscaram inserir os portugueses nas guerras que travavam contra índios inimigos. Observe-se, por exemplo, o caso dos sacacas da Ilha de Joanes (Marajó). De acordo com o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, por volta do século XVII,⁴ os sacacas viviam em guerra com os aruãs e eram aliados dos karipunas, nações que, juntamente com os mocoons, os ingaíbas e os mariapãs, habitavam a ilha de Joanes. Pelos relatos dos aliados karipunas, os sacacas “tiveram notícias que se achava gente branca na parte onde hoje é a cidade do Pará, o qual era muito valorosa e com esta fama a procuraram passando a outra banda da baía em canoas que lhes deram os ditos seus camaradas Karapunas”.

Assim, vieram à cidade do Pará (Belém) para negociar aliança com o capitão-mor da cidade. Para tanto, os sacacas foram intermediados por um “parente”, que, capturado ainda “rapaz” pelos inimigos tupinambás em Joanes, fora batizado, residia em Belém e “estava feito capitão da nação Tupinambá”. Segundo o naturalista, por meio da aliança com os portugueses, os sacacas buscavam auxílio militar na guerra contra os aruãs. Tal assistência lhes foi concedida, iniciando-se, assim, uma sangrenta guerra contra os aruãs. Alexandre Rodrigues Ferreira explicita os interesses de ambas as partes na aliança: os índios conquistavam aliados militares e a Coroa

portuguesa arregimentava leais vassalos. Diz o naturalista:

Fazendo os Sacacas a sua fala a quem governava o Pará naquele tempo e dizendo-lhe que iam buscar a sua proteção e que concedendo-lhe a mercê de lhe dar cem soldados com alguns oficiais para os ajudarem a vencer na guerra aquele grande inimigo Aruãs, que eles se obrigavam a sustentar os soldados e se sujeitariam ao domínio de El-Rei de Portugal sendo seus leais vassalos. Foi aceita esta fala e executada logo mandando-se-lhe um destacamento de soldados com um capitão com seus respectivos oficiais.⁵

Outros grupos indígenas da Amazônia colonial inseriram os brancos em seus conflitos contra índios inimigos. No início de 1700, por exemplo, um aldeamento no Japurá teve origem a partir de conflitos travados entre principais. De acordo com Alexandre Rodrigues Ferreira, o principal (chefe indígena) manau Baçuriana, habitante do rio Negro, era “perseguido” pelo principal Caricuá e seus aliados. Assim, Baçuriana “vio-se obrigado a deixar este rio e retirar-se para o Iupurá”. Sabendo da existência do aldeamento de Tefé no Solimões (futura vila de Ega), onde missionava o padre carmelita frei Francisco de Seixas, Baçuriana, “discorrendo que delle [do missionário carmelita] dependia a sua maior segurança, se resolvêo visita-lo, e a pedir-lhe um Missionário que com elle visse na sua Aldeã”.

Francisco de Seixas não possuía um companheiro que o ajudasse na missão de Tefé e, portanto, não tinha como atender ao pedido do principal. O carmelita informou o ocorrido ao provincial frei João Coelho solicitando um missionário para assistir

o grupo de Baçuriana. Para tal diligência, João Coelho expediu o missionário frei Mathias de S. Boaventura, “o qual tomou posse da nova Aldêa do Iupurá, onde erigiu uma Igreja, e a caza da rezidencia, desempenhando em tudo quanto poudes as funções do seu ministério”. O principal e os demais índios, apesar de batizados, não abriram mão das suas concubinas e, diante do “estranhamento” do padre, resolveram matá-lo. Por conhecer a língua dos manaus, o cafuzo José Cardoso, que “servia” Boaventura, alertou o padre acerca da intenção dos índios. Assim, Mathias de S. Boaventura fugiu acompanhado pelo cafuzo e encontrou no rio Uniuxy o principal Camandri, que, a partir de 1728, o ajudaria a erigir o aldeamento de Mariuá (futura vila de Barcelos).⁶

Apesar do desfecho do relato, parece evidente que, mais uma vez, os índios buscaram o auxílio dos brancos – desta vez um missionário – para intervir em contendas travadas com um grupo indígena inimigo. De igual forma, os interesses de ambos (índios e brancos) também pareciam estar em jogo – ao missionário interessava a catequese e ao principal, o refúgio de ataques dos seus contrários.

Durante o período pombalino ocorreram casos semelhantes. Em 1755, quando tentava realizar suas primeiras negociações de “descimento”⁷ no rio Negro, o governador do estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, parecia ter entendido a importância das guerras intertribais para as comunidades indígenas da região. Nesse sentido, é interessante observar a argumentação utilizada para atrair a atenção

dos líderes indígenas. Segundo o relato do governador, em ofício enviado a Sebastião José de Carvalho e Melo (secretário de estado, irmão de Mendonça Furtado e futuro Marquês de Pombal), os principais Cucuí, “que é um dos mais poderosos do sertão”, Emu, irmão de Cucuí e “que também é poderoso”, Braga, filho de Emu, e Birurá, também filho de principal, foram a Mariuá com o principal João para realizar uma reunião com Mendonça Furtado. De acordo com o governador, esses principais “me vinham ver e saber o que queria deles”.

Em resposta, Furtado convidou os principais a ingressarem no grêmio da Igreja (para salvação de suas almas), mas também prometeu segurança contra seus inimigos e a garantia da autoridade que possuíam entre os demais índios dos seus respectivos grupos. Os principais deveriam, entretanto, manter-se sob as leis do monarca português:

[...] além de interessante o fazerem-se filhos de Deus e salvarem as suas almas, se lhes seguiam muitos bens temporais, sendo os primeiros e mais importantes os de se livrarem dos seus inimigos e viverem entre nos com descanso e em vida civil, e que com tôdas estas conveniências, não perdiam a autoridade do governo dos seus vassallos, porque S. Majestade os ficava conservando nele, devendo, porém, regular-se pelas suas reais leis...⁸

Segundo o governador, esses principais aceitaram a proposta e prometeram descer, entretanto informaram que no exato momento era impossível “dando-me algumas desculpas, ainda que frívolas, para pretextarem aquela dilação”. Mendonça Furtado ainda narrou outras tentativas

de “redução”, que, apesar de principia- das as negociações, resultaram em falsas promessas, deserções e levantes por parte dos índios – originando mocambos. Apesar do aparente malogro desses descimentos, ao que parece, Mendonça Furtado tinha conhecimento dos anseios dessas lideran- ças indígenas: visavam à proteção contra índios inimigos e à manutenção da lide- rança sobre os membros dos seus respec- tivos grupos. Vê-se que, como nos relatos que descrevemos, a negociação com esses índios também era interessante aos euro- peus, pois resultaria em “almas” para a Igreja Católica e em “vassalos” fiéis às leis do monarca.

Outro exemplo bem conhecido é a aliança acordada entre muras e portu- gueses, na medida em que, como informa a historiografia,⁹ os primeiros procuraram os segundos porque visavam adquirir um forte aliado na guerra contra os mundurucus. Os muras surgiram para os portu- gueses no início do século XVIII.¹⁰ Ori- ginários da região banhada pelo sistema fluvial Madeira–Guaporé, iniciaram sua expansão – sem a intervenção e influência dos europeus – por volta de 1723 e 1725 no sentido norte-sul, através do Madeira, e para o oeste, em direção ao Purús. Atin- giram, nesse sentido, os rios Amazonas, Solimões e Negro.

Segundo a historiografia, os muras ficaram conhecidos pelos portugueses como “gentios de corso”: não tinham aldeias fixas, viviam a saquear as povoações (fossem aldeias ou vilas coloniais) para a garantia do seu sustento e possuíam um “ódio entranhável aos brancos” (conforme

os termos usados pelo padre jesuíta João Daniel). Os muras, ainda de acordo com a historiografia, falavam variadas línguas e viviam em grupos dispersos compostos por múltiplas etnias agregadas. Tratava-se da “murificação”: a adoção de hábitos e costu- mes mura por indivíduos raptados – podia envolver negros, mulatos, mamelucos e ín- dios que viviam nas povoações coloniais.¹¹

Segundo Ângela Domingues, “chega- va a haver grupos Mura que eram inimigos de outros grupos com a mesma designação étnica”.¹² Realizavam saques em variadas povoações da capitania do rio Negro, ataca- vam os viajantes, dificultavam a ligação entre as capitanias do Pará e Mato Grosso, amedrontavam a população que ia ao cul- tivo das roças e, enfim, intervinham nas políticas lusitanas para a região. Portanto, a aliança com os muras significava o fim do curso praticado por esta etnia e a ar- regimentação de aliados na guerra contra os mundurucus – etnia que, assim como os muras, habitava a região banhada pelo sistema fluvial Madeira–Guaporé e era co- nhecida por ações belicosas contra os portu- gueses.¹³

Sobre os portugueses encarados pelos muras como aliados contra os munduru- cus, é interessante observar as opiniões do furriel Manoel José Valadão, comandante do destacamento do lugar de Santo An- tônio do Maripi no rio Japurá, acerca da primeira negociação de paz entre portu- gueses e muras. Em carta de julho de 1784 a João Pereira Caldas (governador do Es- tado e Plenipotenciário das demarcações de limites), Valadão relatou a chegada de um grupo mura a Maripi, “em termos de

paz”, no dia 11 do mesmo mês e ano. Porém, o furriel, o diretor (Mathias Fernandes) e dois soldados da guarnição estavam ausentes da vila. O vigário e outros dois soldados, portanto, iniciaram as negociações, concedendo presentes aos muras. Segundo Valadão, ao saber do ocorrido, “ao meu conhecimento dirigiram-se outros [muras] para conhecerem a força da povoação e não ao intento que expressaram”.¹⁴ Assim, de acordo com o relato do furriel, os índios pretendiam analisar a situação do estabelecimento português antes de acordar a aliança.

Os lusitanos, por outro lado, puderam perceber as intenções dos muras no sentido de solicitar ajuda na guerra contra os mundurucus. Nesse sentido, o tenente-coronel João Batista Mardel, em carta de 1768 a Pereira Caldas, informou ter muita esperança no descimento que os índios do rio Madeira e o principal de Mamiá – após uma reunião com Mardel em Ega – haviam decidido principiar:

Esperança (outra vez digo) que agora me tornaram a ratificar alguns destes mesmos índios que ali se achavam e que tinham chegado daquelas campinas, trazendo a notícia de que os Mundurucus tinham feito entre os parentes daquele domicílio horrível carnagem e que também por essa causa se queriam vir ali estabelecer.¹⁵

Os portugueses puderam aproveitar essas guerras intertribais para arregimentar aliados ou “acalmar” determinada nação belicosa, mas, evidentemente, a aliança não beneficiava apenas aos lusitanos. Em correspondência de junho de 1786 a João Pereira Caldas, o comandante do

registro da vila de Borba, Antonio Carlos da Fonseca Coutinho, narrou as negociações realizadas com dois principais das nações Iruré (“que é quem governa a todos”) e Japuré – líderes agregados a um grupo mura. De acordo com o relato, uma comitiva enviada sob as ordens do comandante havia chegado à boca do rio Autazes, onde encontraram o referido grupo mura acompanhado pelos mencionados principais.

Os muras não agrediram os portugueses, pelo contrário, “antes lhes mostraram muito agrado e lhes disseram que queriam falar comigo e que logo cá vinham”. Primeiramente, chegou a Borba uma comitiva guiada pelo filho de um dos principais (a documentação não especifica qual) e, dias depois, os dois principais mencionados aportaram na vila com “setenta e dois índios de arco, nove mulheres, e oito crianças e me disseram que os Mundurucus lhes tinham morto muitas mulheres e alguns homens e tinham vindo com sua gente para o dito Autazes”.¹⁶ Em resposta à correspondência do comandante de Borba, datada de 28 de junho de 1786, Pereira Caldas apontou como a aliança militar beneficiaria tanto portugueses quanto muras:

Sabia eu também já da carnagem que o outro gentio Munduruku havia feito nos mesmos Muras. O mau e que reduzindo estes, se venham aqueles introduzir neste rio, e fazer o seu estabelecimento no Autazes, para que se bem livres de uns, não deixe ficar sempre infestada de outras essa navegação; porém, menos inimigos haverá a combater e para o seu tempo se castigarem, os referidos Muras nos serão de grande ajuda e vantagem. Esta considero eu maior, em que os ditos Muras fiquem e se unam a essa vila; e

como V. Mercê diz que muitos assim mesmo o querem e desejam, cuida que lhe não será dificultoso reduzir todos a que aí se estabeleçam, para se restabelecer a vila da sua diminuta população e melhor se ir diligenciando, e conseguindo a civilização da mesma gente, propondo-lhes e persuadindo-lhes V. Mercê que também se assim se estabelecerem, ficarão mais protegidos e seguros contra algum insulto, que mais separados, poderão dos seus contrários experimentar, não tendo lá nem soldados, nem os moradores dessa vila, que em alguma invasão, ou violência os possam ajudar e defender. Porém, se enfim mostrarem resistência, para largarem a situação que escolheram e em que principiaram a roçar, V. Mercê não os obrigará; e nesse caso auxiliará e dirigirá aquele estabelecimento.¹⁷

Uma vez estabelecidas as povoações, os muras solicitaram a proteção dos portugueses contra os ataques de índios inimigos. Nesse sentido, em carta de agosto de 1787 a João Pereira Caldas, o vigário de Airão, frei José da Conceição, apresentou um exemplo bem interessante. Primeiramente, o frei informou que um grupo mura estabelecido há três meses no lugar de Airão desejava ir a Barcelos “ter com V. Ex. [Pereira Caldas], e juntamente ver a terra dos brancos”.¹⁸ De acordo com o documento, tais índios haviam encontrado outros muras no Madeira, os quais lhes tinham informado acerca dos presentes recebidos dos portugueses. Ao que parece, semelhante ao descimento realizado próximo a Maripi em 1784, tais índios intentavam, primeiramente, conhecer o “poder” dos brancos antes de principiar a aliança – o que de fato se iniciou com o estabelecimento de casas e roças.

Segundo outro relato do frei, também de agosto do mesmo ano, índios da nação juma agrediram os muras que estavam nas roças próximas a Airão, roubaram canoas e mataram a mulher do filho do principal. O vigário, que na ausência do diretor comandava a povoação, informou não ter mandado perseguir os jumas porque não havia armas, pólvoras ou balas no armazém do povoado, pois as armas haviam sido enviadas pelo diretor a Barcelos para conserto. Assim, os muras, que há pouco tempo haviam se estabelecido nas proximidades de Airão, recusavam-se a trabalhar em suas roças “sem companhia debaixo de armas”. O vigário informou a Caldas ter prometido aos índios “que V. Ex. [Pereira Caldas] há de dar providencias a tudo”.

O padre ainda relatou que o principal, cujo filho havia perdido a mulher no ataque dos jumas, “foi ter aos pés de V. Ex. [Pereira Caldas] a essa vila de Barcelos”. Em resposta, Pereira Caldas informou que o referido principal “veio a minha presença”. Posteriormente, o governador enviaria a Airão as armas que haviam sido remetidas a Barcelos para conserto – despachando ainda mais armas e munições.¹⁹ Em síntese, alguns grupos muras, ao ouvir notícias acerca do poder bélico dos portugueses, buscaram alianças com os lusitanos, visando à proteção contra inimigos (fossem mundurucus ou não).

Os casos se estendem e, como aponta Ângela Domingues, várias etnias avaliaram os lusitanos como “aliados vantajosos” na guerra contra etnias inimigas. Foi o caso, por exemplo, dos gamelas do Maranhão contra os acroás no início dos anos 50

e dos apinagés da foz do Araguaia contra os temembós no início do século XIX.²⁰

Em resumo, de acordo com a retórica das autoridades portuguesas, os lusitanos se inseriam nas guerras intertribais ou nos embates entre líderes indígenas visando aos interesses da Coroa: o aumento de “almas” para a Igreja, a “pacificação” de determinada etnia belicosa – pondo fim ao terror que dificultava o cultivo das roças no sertão e o transporte pelos rios –, a garantia das regiões fronteiriças enquanto domínios do soberano português e o aumento da população dos povoados coloniais (aumentando, assim, o contingente trabalhador e, conseqüentemente, a produção).

Por outro lado, em alguns momentos, os portugueses foram inseridos pelos próprios índios nos conflitos intertribais ou nos embates entre líderes indígenas. Nestes casos, podemos perceber que os interesses indígenas estavam no jogo, pois, por meio da aliança com os portugueses, tentava-se conquistar um forte aliado nas guerras intertribais ou simplesmente conseguir proteção contra os ataques dos adversários.

Vale lembrar que esses embates entre grupos ou chefes indígenas devem ser entendidos no contexto da expansão colonial portuguesa (e europeia de uma forma geral). Isso é claro em todos os exemplos aqui apresentados, pois a aliança se fazia a partir do conhecimento das ações dos brancos por parte dos índios (incluindo o papel dos missionários). Em outros casos, como a autopacificação dos muras, o que levou os índios a solicitar a aliança com os portugueses não foram apenas as violên-

cias cometidas pelos grupos ou chefes indígenas inimigos, mas também as guerras empreendidas pelos próprios portugueses contra eles.²¹

Alliances between Indians and the Portuguese in colonial Amazon

Abstract

This article, by the study of the formation of the alliance firmed between Indians and Portuguese authorities in the Amazon, tries to analyze the relationships between the politics for the Indians and the indigenous politics in this region during the second half of the eighteen century. For that, we will be aware for the context of the period and the interest of the Portuguese Crow (represented by the colonial officials) in the negociation of alliances. For the other side, we will try to understand the interest and the politics of the Indians about the same practice: the formation of the alliances with the Portuguese authorities.

Key words: Colonial Amazon. Indigenous politics. Politics for the Indians.

Notas

- ¹ CARVALHO JR., Almir Diniz de. *Índios cristãos. A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 2005. p. 41. Sobre as missões como estratégia de expansão dos domínios coloniais, ver SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Serções do Grão-Pará, c 1755-c. 1823*. Tese (Doutorado) - UFF, Niterói, 2001. p. 46; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 90.

- ² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 45.
- ³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2001, p. 53.
- ⁴ Esta datação é especulativa, já que o autor não faz qualquer referência à data dos acontecimentos relatados. A menção ao sargento-mor do Pará como comandante, entretanto, nos faz crer que tais episódios ocorreram antes da segunda metade do século XVIII e após o primeiro século da ocupação da região (Belém foi fundada em 1616).
- ⁵ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias I antropologia. 2. ed. Manaus: Valer, 2008. p. 259-261. Todas as citações sobre os Sacaca estão na p. 260.
- ⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: MPEG/Museu Goeldi, 1983. p. 362-63. Citações na p. 362.
- ⁷ O “descimento” era a deslocação de grupos indígenas através do seu “convencimento” pelos missionários ou autoridades portuguesas.
- ⁸ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 15 de novembro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. *RIHGB*, 1963, v. 3, p. 843.
- ⁹ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000. p. 290; SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista*. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalinas. Manaus: Edua, 2002. p. 84-85.
- ¹⁰ O primeiro registro de que se tem notícia sobre esta nação é o relato do padre Bartolomeu Rodrigues de 1714.
- ¹¹ Sobre os muras, ver DOMINGUES, Ângela. Op. cit., p. 279-288; SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit., cap. III; DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. *Gentios de Corso*. Os mura no processo de conquista e colonização do norte da América portuguesa. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2004.
- ¹² DOMINGUES, Ângela. Op. cit., p. 281.
- ¹³ DOMINGUES, Ângela. Op. cit., p. 292. É curioso notar que, posteriormente, os próprios mundurucus, após a sua pacificação por volta de 1795, seriam encarados pelos portugueses como aliados na guerra contra índios hostis do rio Madeira (p. 292). Ver também SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit. Sobre os mundurucus como aliados dos lusos ver p. 162.
- ¹⁴ Carta do Furriel Manoel José Valadão a João Pereira Caldas. Maripi, 12 de julho de 1784. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. cit., 2. ed., 2008, p. 263.
- ¹⁵ Exame do novos estabelecimentos dos muras, que por ordem de V. Exa., de 25 de abril, em carta n. 2 fiz [...]. Feito por João Batista Mardel sob a encomenda de João Pereira Caldas, sem data (por volta de 1786) e lugar in: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. cit., 2. ed., 2008, p. 305.
- ¹⁶ Carta do comandante do registro da vila de Borba, Antonio Carlos da Fonseca Coutinho, a João Pereira Caldas. Borba, 13 de junho de 1786. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. cit., 2. ed., 2008, p. 309.
- ¹⁷ Carta de João Pereira Caldas ao comandante da vila de Borba, Antonio Carlos da Fonseca Coutinho. Barcelos, 28 de junho de 1786. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. cit., 2. ed., 2008, p. 314-315.
- ¹⁸ Carta do vigário do lugar de Airão, frei Joseph da Conceição, a João Pereira Caldas. Lugar de Airão, 5 de agosto de 1787 in: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. cit., 1983, p. 568.
- ¹⁹ Carta do vigário do lugar de Airão a João Pereira Caldas (Airão, 7 de agosto de 1787) e a resposta de Caldas (Barcelos, 29 de agosto de 1787), constam em: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. cit., 1983, p. 571-72.
- ²⁰ DOMINGUES, Ângela. Op. cit., p. 289-294.
- ²¹ Segundo Francisco Jorge dos Santos, os ataques dos mundurucus e dos portugueses aos muras explicam a “autopacificação”. SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit., p. 83-84.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- CARVALHO JR., Almir Diniz de. *Índios cristãos*. A conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 2005.

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. *Gentios de Corso*. Os mura no processo de conquista e colonização do norte da América portuguesa. Dissertação (Mestrado) - UFF, Niterói, 2004.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias I antropologia. 2. ed. Manaus: Valer, 2008.

_____. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: MPEG/Museu Goeldi, 1983.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão general do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. *RIHGB*, v. 3, 1963.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Sertões do Grão-Pará, c 1755-c. 1823. Tese (Doutorado) - UFF, Niterói, 2001.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista*. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalinas. Manaus: Edua, 2002.